

Jogos e trapaçças

A NORMA NO CONGRESSO PASSA A SER O CADA UM POR SI

Por ANDRÉ BARROCAL

TALVEZ NÃO SE trate meramente de uma pauta-bomba, definição dada a uma série de projetos em tramitação no Legislativo com força para complicar as finanças do Brasil. Quem sabe o mais acertado não seria falar em Congresso-bomba, dado o clima reinante no Parlamento? Senão, vejamos:

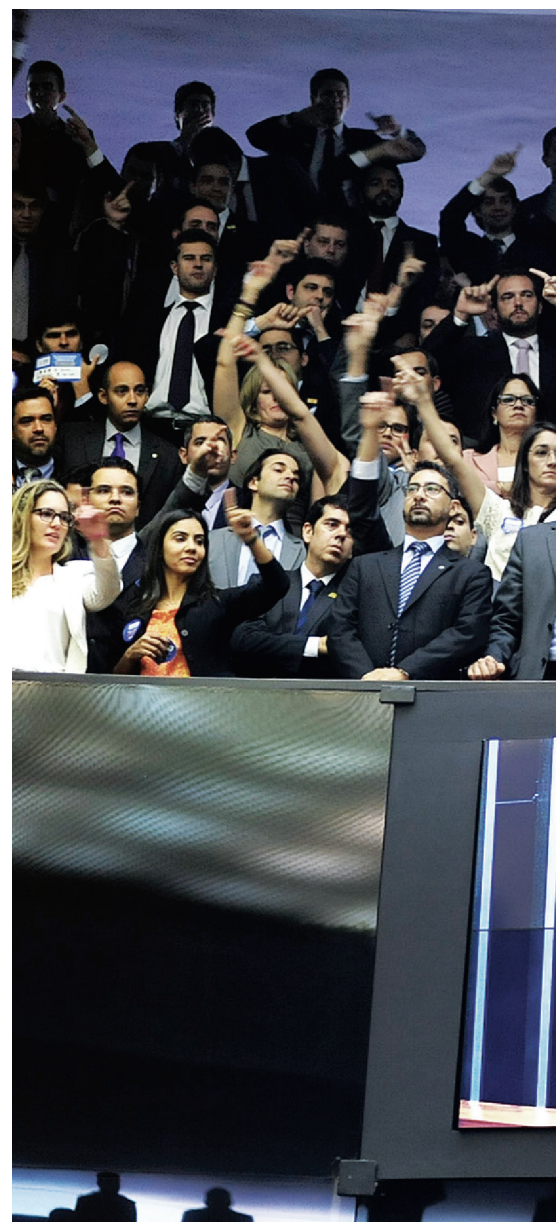
1) Após um apelo emocionado do vice-presidente Michel Temer, articulador político do governo, a Câmara dos Deputados ignorou a convocação ao diálogo, aprovou a extensão do reajuste do Judiciário a outros setores e tornou ainda mais difícil o ajuste fiscal proposto pela equipe econômica.

2) O PDT e o PTB anunciaram a saída da base aliada e uma postura de independência.

3) Embora não tenha aparecido até o momento um crime propriamente dito cometido por Dilma Rousseff, nem sequer um indício, forças da oposição e da base aliada discutem abertamente a possibilidade de *impeachment*, como se tratasse tão somente da vontade dos integrantes dos convescotes.

4) Ministros do governo, em atos desperperados, andam pelo Parlamento e tentam angariar a simpatia do PSDB, como se elogiar a oposição fosse mais eficiente do que buscar um diálogo franco e aberto com a população e, em especial, com os eleitores que se sentem traídos.

Como classificar essa situação na qual prosperam a conspiração e o salve-se quem puder? Poucos no Congresso parecem preocupados, embora se possa afirmar que o descontrole é mais evidente na Câmara dos Deputados, presidida pelo neo (ou velho?) oposicionista Eduardo Cunha,



como ficou claro na noite da quarta-feira 5. Com as galerias tomadas por servidores e após um dia inteiro de *lobby* dos interessados, o plenário aprovou vincular o salários de funcionários da Advocacia-Geral da União e de policiais federais e civis aos proventos dos juízes do Supremo Tribunal Federal. Um ganho de 34% a 59% para os bem-aventurados, cujos contracheques chegarão a 30 mil reais. Uma fatura de 2,4 bilhões anuais para os cofres públicos.

Com a impopularidade de Dilma Rousseff maior do que aquela de Fernando Collor às vésperas do *impeachment*, os deputados ignoraram os apelos do governo. Dois dias antes, a presidenta

LUIS MACEDO/CÂMARA DOS DEPUTADOS; ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO CONTEÚDO E ALEXANDRE CASSIANO/AG. O GLOBO



Rumo ao precipício. De nada adiantaram os apelos de Dilma e de Temer. Os parlamentares optaram por aumentar os gastos públicos



REPORTAGEM DE CAPA

abrir o Palácio da Alvorada aos líderes de partidos ditos aliados para um churrasco e solicitara um esforço em prol do ajuste fiscal, não do aumento de gastos. No dia da votação, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, apontava uma despesa extra de 10 bilhões de reais, caso vinguem todos os reajustes de servidores na pauta da Câmara, e usava o Twitter para pedir responsabilidade.

O lance mais forte partiu de Temer, chefe da articulação política do Planalto. Após um encontro com líderes da Câmara que o fez pressentir a derrota, o vice, em tom circunspecto, defendeu em público a “reunificação nacional”. “Não vamos ignorar que a situação é razoavelmente grave, não tenho dúvida de que é grave, e é grave porque há crise política se ensaiando, há uma crise econômica precisando ser ajustada. Mas, para tanto, é preciso



JANOT FORTALECIDO

Pressionado por parlamentares alvo da Lava Jato (o senador Fernando Collor o chamou de filho da puta na tribuna), Rodrigo Janot recebeu apoio maciço do Ministério Público Federal. Candidato à recondução ao posto de procurador-geral da República por mais dois anos, Janot recebeu desta vez mais votos da corporação do que na disputa anterior. Foram 799, contra 462 para Mário Bonsaglia e 402 a Raquel Dodge.

A votação de Janot foi bem mais expressiva do que quando concorreu ao cargo pela primeira vez faz dois anos. Na ocasião, ele ficou com 511 votos.

Topo.
O primeiro na lista tríplice do MP



Maior crítico da administração da PGR e da espetacularização da Lava Jato, Carlos Frederico Santos colheu 217 votos. A lista tríplice, com os três primeiros colocados, será enviada a Dilma Rousseff, a quem cabe a indicação do novo procurador-geral. A presidenta tende a manter a tradição iniciada pelos governos petistas e indicar o primeiro colocado.

Apesar das resistências e dos ataques, Janot dificilmente terá sua indicação barrada pelo Senado, que tem a última palavra. Nunca na história o nome de um procurador-geral foi recusado pelo Congresso. A sabatina ainda não foi marcada, mas o presidente da Casa, Renan Calheiros, negou a intenção de obstruir a possível recondução do procurador,

cujo atual mandato expira em 17 de setembro. Calheiros sabe que uma recusa aumentaria o ímpeto dos promotores na investigação contra parlamentares. Ao lado de Collor e outros dez senadores, Calheiros figura entre os alvos da Lava Jato. Atacar os ânimos do MP não seria boa estratégia.

Especula-se no Ministério Público que as denúncias contra os parlamentares acusados de participar do esquema na Petrobras sejam apresentadas até 20 de agosto. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que, segundo um dos delatores, teria solicitado 5 milhões de dólares em propina, obteve, porém, algumas medidas protetórias. Com isso, as denúncias poderiam sair apenas no fim do mês.

MOREIRA MARIZ, JOEL RODRIGUES/FRAME/AG. O GLOBO E WENDERSON ARAUJO/AFIP



contar com Congresso.” Em vão. Foram 445 votos a favor e 16 contra. Nem o PT votou em bloco em prol dos interesses do Palácio do Planalto.

O gesto de Temer surtiu algum efeito longe de Brasília. As federações das indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro apoiaram a pregação do vice ante a situação política e econômica “mais aguda dos últimos 20 anos”. “O Brasil não pode se permitir mais irresponsabilidades fiscais, tributárias ou administrativas e deve agir para manter o grau de investimento tão duramente conquistado, sob pena de colocar em risco a sobrevivência de milhares e milhares de empresas e milhões de empregos”, observaram em nota assinada conjuntamente os presidentes das entidades.

O governo não foi o único ignorado pelos deputados. Pela Constituição, reajustes de funcionário do Poder Executivo só podem ser propostos pelo próprio Executivo. Por isso, o Planalto vai recorrer ao Supremo



Ambiguidade. Calheiros tenta se diferenciar de Cunha, mas negocia com Serra, Nunes Ferreira e Caiado

Tribunal Federal contra a proposta, caso seja aprovada de novo na Câmara e depois por duas vezes no Senado. Alguns governadores já enfrentaram seus legislativos por experiências iguais e obtiveram vitórias no STF.

O desvario não se explica só pela impopularidade do governo. Resulta também do duelo entre Cunha e Dilma. Prestes a ser denunciado por corrupção no STF, o peemedebista decidiu fazer de tudo para atazanar a petista. Trama o *impeachment*, arma CPIs com a oposição, monta uma pauta de votações capaz de jogar o Palácio do Planalto contra os deputados, estes últimos responsáveis por abrir ou não um processo de cassação da presidenta. Confirma assim um temor do ministro da Defesa, Jaques Wagner. Cunha transformou o comando da Câmara no “*bunker* organizador de oposição”.

A esperança do governo é ver o Senado convertido em outro *bunker*. Aliado e disposto a barrar a incontinência dos deputados, como Temer pediu a senadores em um café da manhã na quarta 5.

Talvez funcione. Eunício Oliveira, líder do PMDB, o maior partido do Senado, classificou a pauta da Câmara como “extremamente perigosa”, enquanto o presidente da Casa, Renan Calheiros, do mesmo partido, garantiu: “Aqui não vai ter pauta-bomba”.

Resta ao Planalto apostar na fidelidade de Calheiros, o que não é tarefa fácil. Alvo da Operação Lava Jato, a exemplo de Cunha, o senador não foge de conversas sobre as possibilidades de *impeachment* de Dilma. Na terça-feira 4, foi o convidado de honra em um jantar oferecido por colegas do PSDB, no qual a cassação da presidenta era a entrada, o prato principal e a sobremesa. Dois dias depois do encontro, os tucanos mudaram a estratégia, como aliados próximos de Aécio Neves, porta-voz do “Fora Dilma”, já indicavam. Querem uma nova eleição, pois um eventual governo pós-Dilma, segundo eles, precisaria da legitimidade das urnas. Os tucanos acistas querem convencer os manifestantes prestes a ir às ruas no domingo 16 a trocar de bandeira: no lugar do *impeachment*, uma volta às urnas. Trata-se de uma construção política *sui generis* e complicada. Por essa via, Dilma Rousseff renunciaria e Temer seria convencido a abrir mão da Presidência e a convocar novas eleições.

O compromisso de Calheiros com o ajuste fiscal também tem lá seus limites. Uma das principais medidas do pacote do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, a volta da cobrança de contribuição previdenciária patronal sobre a folha de salários, poderia ter vingado há

TEMER APELOU À UNIÃO NACIONAL. FOI IGNORADO SOLENEMENTE NA CÂMARA

cinco meses, não fosse o peemedebista. Renderia 25 bilhões de reais ao ano ao governo, que tentou instituí-la por uma medida provisória demolida pelo senador em março, na condição de presidente do Congresso. Vários setores empresariais rejeitam a mudança, pois voltariam a pagar mais impostos. Encontraram em Calheiros ouvidos sensíveis. Por essas e outras, seria impensável uma reação do governo por meio de uma pauta de projetos direcionados a cobrar mais de quem pode mais. Um estudo recente da Receita Federal (*quadro à página 22*) revela a incrível distorção na cobrança do Imposto de Renda. Boa parte dos ganhos dos mais ricos, um seleto grupo de cerca de 70 mil brasileiros, escapa das garras do Leão e poderia render ao menos mais 50 bilhões de reais aos cofres públicos.

Junta-se ao cenário a incapacidade do governo de reunificar sua base de apoio. Em consequência da apatia, cresce a defesa de uma nova reforma ministerial que espelhe o real apoio do Palácio do Planalto no Congresso e reduza as insatisfações crescentes do Parlamento. As declarações de independência do PDT e do PTB abrem portas para a ideia prosperar. O entrave, no momento, continua a ser o rumo das investigações da Operação Lava Jato. Antes de a Procuradoria-Geral da República definir quais deputados e senadores serão formalmente denunciados e quais escaparão, qualquer rearranjo da aliança governista fica inviabilizado.

E onde prospera o medo viceja a barbárie. A tendência é o Congresso, a Câmara em particular, continuar a ser um espaço de cada um por si, apesar dos riscos institucionais dessa opção. Em momentos como este, o elo mais fraco tende a perder a queda de braço e pagar a conta. Na areia movediça, é preciso descobrir logo o ponto mais firme para se agarrar. E o Palácio do Planalto dá mostras de trefegar na escuridão. •

RICO QUE É RICO NÃO PAGA

Taxar ricos e poderosos é tarefa bem complexa, principalmente no Brasil. Diante deles, o Leão do Imposto de Renda mais se parece com o pobre Cecil, morto no Zimbábue pela bala de um dentista norte-americano. Em um estudo recente, o Fisco separou os contribuintes em 11 faixas de renda, de meio a 160 salários mínimos mensais. Em cada categoria podem ser vistos o número de cidadãos ao alcance do Imposto de Renda da pessoa física, seu patrimônio, renda, benesses e tributação efetiva. É a mais completa e detalhada compilação de dados da Receita.

Em 2014, foram apresentados 26,5 milhões de declarações de IRPF. Dentre elas perfilam-se 71.440 indivíduos que podem ser considerados a elite brasileira. Detêm 29% do patrimônio e 22% da renda nacionais. É como se cada um tivesse salário mensal de 341 mil reais e bens de 17,6 milhões. Apesar da riqueza, o IRPF pago por elas em 2013 somou míseros 6,3 bilhões de reais. Ou 5,5% da arrecadação com IRPF.

Dados desse tipo embasaram o livro *O Capital no Século XXI*, do francês Thomas Piketty, bastante ilustrativo sobre a concentração de renda pelo planeta. O Brasil ficou de fora da obra justamente pelo fato de a Receita não ter os dados de agora para fornecer antes. Espera-se que os acadêmicos possam estudá-los e mostrar o tamanho da injustiça tributária nacional.

Um dos interessados no tema é Marcio Pochmann, ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. "No Brasil, quem mais reclama são os que pagam menos impostos", diz. "A Receita é uma mãe para os ricos, o Ministério da Fazenda é o ministério social dos ricos." Segundo ele, a elite reclama mais dos tributos, pois sabe o tamanho da mordida. Constata em contracheques, declarações de IRPF e carnês de IPTU e IPVA. Já os mais pobres raramente veem o valor das taxas embutidas nos preços dos produtos.

A taxação de mercadorias é a base do sistema tributário brasileiro. Como alivia na cobrança sobre renda e propriedade, o País carrega a mão na

Quando o Leão fecha a boca

QUEM SÃO OS MUITO RICOS

Perfil de quem tem renda acima de 160 salários mínimos

71,4 mil
cidadãos

21,7%

da renda nacional declarada à Receita está em poder desse grupo

341 mil

reais por mês seria a renda mensal equivalente de cada um

29,4%

dos bens declarados à Receita pertencem a essa turma

6,3

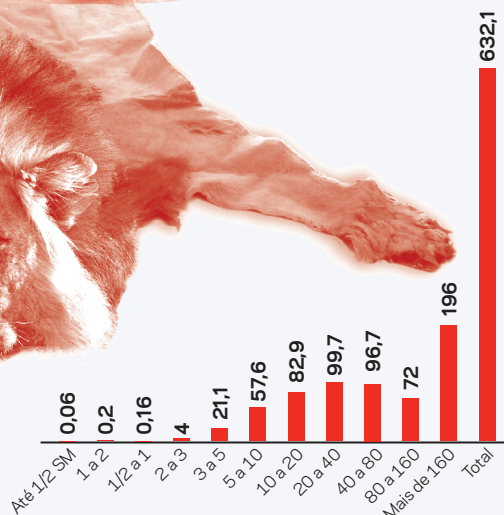
bilhões de reais foi o valor de Imposto de Renda pago por eles em 2013, apenas 5,5% do total arrecadado pelo tributo

ILUSTRAÇÃO: MINIMORGAN FOTOS: WENDERSON ARAUJO/AFP E ISTOCKPHOTO



RENDA ANUAL ISENTA POR FAIXA SALARIAL

Em bilhões de reais



chamada tributação indireta. A opção afeta os mais pobres, pois eles não conseguem economizar e pagam impostos em todas as suas compras (carne, roupas, celulares). No mundo acontece o contrário. Nos Estados Unidos, por exemplo, 56% da arrecadação provém de renda e patrimônio e 18% no consumo. Aqui, são 27% e 44%, respectivamente.

Uma mudança realizada há 20 anos, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, só piorou a situação. Naquela época, o governo extinguiu a cobrança de IR sobre lucros e dividendos. A isenção foi concedida sob o argumento de que tais quantias já teriam sido taxadas no tributo pago pelas empresas. Entre as nações ocidentais que compõem a OCDE, a maio-

ria com economias desenvolvidas, só a Estônia oferece isenção semelhante.

A imunidade serve para proteger uma montanha de rendimentos dos mais ricos. Em 2013, aqueles 71.440 privilegiados embolsaram quase 200 bilhões de reais sem pagar nada de Imposto de Renda, quantia obtida, sobretudo, por meio de lucros e dividendos. Na hipótese de esses valores vierem a ser taxados com a alíquota máxima de IR, 27,5%, o governo obteria mais 50 bilhões de reais por ano, meta-de do fracassado ajuste fiscal. Detalhe: os 27,5% são a menor alíquota máxima entre 116 países, segundo a consultoria KPMG.

Coincidência ou não, o Brasil tornou-se a pátria dos empreendedores. Possui mais empresários (7 milhões apresentaram-se

assim na declaração de IR de 2014) do que empregados no setor privado (6,5 milhões). A transformação de trabalho em capital é um fenômeno mundial, mas parece bastante "disseminada" e "impetuosa" aqui, diz o economista do Ibre-FGV José Roberto Afonso, autor do estudo Imposto de Renda e Distribuição de Renda e Riqueza no Brasil. Para ele, é urgente debater o assunto. "O governo comemorava uma redução da concentração da renda, mas só considerava a de salários e a declarada nas pesquisas censitárias", afirma. "Se formos considerar também o declarado ao Imposto de Renda, descobre-se que daquelas pesquisas escapa parcela crescente e majoritária das rendas de brasileiros de classe média e alta, que passou a receber como pessoa jurídica."

A reparação de injustiças no IR encontra sua maior barreira no Congresso. A taxa das grandes fortunas está prevista na Constituição, mas depende de uma lei jamais aprovada. Vez ou outra há quem se anime a propor tal lei. No início do ano, foi a vez da deputada carioca Jandira Feghali, líder do PCdoB, com a preocupação de direcionar os recursos para a Saúde. Com seis mandatos seguidos, ela não se ilude com a chance de aprovação de ideias como esta ou a taxa de jatinhos e iates com IPVA, outro de seus projetos. "Esse é um dos Congressos mais ricos e mais influenciáveis pelo poder econômico da nossa história."

Aliada do governo, a deputada cobra de Dilma Rousseff uma posição a respeito das propostas desse gênero e já fez várias reuniões com ministros para defendê-la. A insistência rendeu-lhe nos corredores do poder o apelido de "senhora andar de cima". O Planalto tem medo de sair derrotado, caso compre a briga. O governo, conta um ministro, tem um leque de propostas de tributação da riqueza, mas não as saca do bolso por antever o boicote parlamentar. Entre as opções encontram-se a retomada do IR sobre lucros e dividendos e o aumento da taxa das heranças para até 25%, com recursos carimbados para a Educação.

